



ACÓRDÃO Nº754/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11738/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundação Hospital Adriano Jorge - FHAJ
- 4- **Exercício:** 2018
- 5- **Responsável:** Christianny Costa Sena (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICA
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1401/2020-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundação Hospital Adriano Jorge - FHAJ. Exercício de 2018.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. POR MAIORIA:

10.1.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas da **Sra. Christianny Costa Sena**, responsável pela Fundação Hospital Adriano Jorge, exercício 2018;

10.1.2. Aplicar Multa com fundamento no art. 54, VII, da Lei n. 2.423/96 c/c art. 308, VII, do RI-TCE/AM e em razão da impropriedade 3 da fundamentação desta Proposta de Voto, à **Sra. Christianny Costa Sena** no valor de R\$ 2.000,00, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.**

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº754/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.2. À UNANIMIDADE:

10.2.1.Determinar com fulcro no art. 40, VIII, da Constituição Estadual, **à atual gestão da Fundação Hospital Adriano Jorge - FHAJ** que tome, no prazo de 60 (sessenta) dias, as providências necessárias para efetuar o desligamento dos servidores temporários descritos na planilha acostada entre as fls. 1207/1211 que possuam mais de 04 (quatro anos) labutando, em desprezo à Lei Estadual n. 2.607/2000, para a referida unidade hospitalar;

10.2.2.Determinar à atual gestão da Fundação Hospital Adriano Jorge - FHAJ que evite a reicidência da impropriedade não sanada enumerada na fundamentação desses autos (descumprimento do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93);

10.2.3.Dar ciência do desfecho dos autos à jurisdicionada, Sra. Christianny Costa Sena, e à atual gestão da Fundação Hospital Adriano Jorge - FHAJ.

Vencido o voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva pela irregularidade das contas e aplicação de multa de R\$ 14.000,00.

11- Ata: 23ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 28 de Julho de 2020

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral